

**O PENSAMENTO CALCULADOR E A RACIONALIZAÇÃO DA  
EXISTÊNCIA: UM DIÁLOGO ENTRE MARTIN HEIDEGGER E FIÓDOR  
DOSTOIÉVSKI**

Francisco Wiederwild da Silva\*  
Katieli Pereira\*

**Resumo:** O presente artigo se propõe a entabular um diálogo entre o romancista russo Fiódor Dostoiévski e o filósofo alemão Martin Heidegger, centrado-se na crítica de ambos acerca da dominação planetária exercida pelo pensamento calculador. O desenvolvimento desta análise teve como ponto de partida o monólogo de *Memórias do Subsolo* de Dostoiévski, seguido de uma investigação sobre a gênese do pensamento calculador determinado pelo esquecimento do ser segundo a filosofia heideggeriana. Por fim, este artigo possibilita constatar que, embora existam consideráveis divergências entre os autores, as críticas empreendidas por Dostoiévski e Heidegger sustentam que a racionalização da existência promovida pelas ciências naturais coloca em perigo a liberdade humana.

**Palavras-chave:** Pensamento calculador; esquecimento do ser; progresso científico; racionalização da existência.

**THE CALCULATING THOUGHT AND THE RATIONALIZATION OF  
EXISTENCE: A DIALOGUE BETWEEN MARTIN HEIDEGGER AND  
FYODOR DOSTOEVSKY**

**Abstract:** This article proposes to engage in a dialogue between the Russian novelist Fyodor Dostoevsky and the German philosopher Martin Heidegger, focusing on their criticism of the planetary domination exercised by calculating thinking. The development of this analysis had as its starting point the monologue of Dostoevsky's *Notes from Underground*, followed by an investigation into the genesis of calculating thought determined by the forgetfulness of being according to Heidegger's philosophy. Finally, this article shows that, although there are considerable differences between the authors, the criticisms made by Dostoevsky and Heidegger maintain that the rationalization of existence promoted by the natural sciences endangers human freedom.

**Keywords:** Calculating thinking; forgetfulness of being; scientific progress; rationalization of existence.

---

\*Graduando em Licenciatura em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus Maringá. Contato: [wiederwild@hotmail.com](mailto:wiederwild@hotmail.com).

\*Graduada em Psicologia (2016) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus Curitiba. Contato: [katieli.p@outlook.com](mailto:katieli.p@outlook.com).

## I. Introdução

Na transição do século XIX para o XX, a Filosofia encontra-se radicalmente afligida pelo triunfo da Ciência. Ao enfatizar a aplicação de métodos indutivos no ensejo de apreender as leis fundamentais da Natureza, as ciências naturais invariavelmente desautorizam as metodologias filosóficas. Visto que a filosofia clássica prescinde da experiência regulada, da formação de hipóteses tendo como base o procedimento inteiramente indutivo, da observação e da medição do real, suas metodologias epistemológicas são caracterizadas pelos teóricos da ciência como uma espécie de “*fabulação do real*”.

Com isso, o confronto entre filósofos com a ambição científica ainda em fase de maturação se torna iminente a partir da tarefa de reivindicar à Filosofia sua condição de “*Ciência primeira*”, por dispor-se de um conjunto de conhecimentos independentes de todas as experiências sensoriais, conforme definida por Aristóteles. Contudo, essa discussão não se limita aos embates entre filósofos e teóricos da ciência, mas amplia-se mediante a intervenção crítica de artistas, poetas e romancistas, em virtude de que estes saberes, sendo dependentes de noções inerentes à Filosofia, também são desautorizados como formas de fabulação do real.

Neste ínterim, na primeira parte do artigo, será analisado o monólogo de *Memórias do Subsolo* do romancista russo Fiódor Dostoiévski. Nesta apreciação da obra nos ateremos às riquezas dispostas no texto pelo autor, com o propósito de examinar a crítica do homem do subsolo ao pensamento calculador e ao progresso científico, explicitando a posição ocupada pelo autor na tradição filosófica. Destarte, será elucidado como a racionalização da existência suscitada pelo pensamento calculador priva o Homem da liberdade.

Na segunda parte desta reflexão, a partir da perspectiva filosófica de Martin Heidegger, serão examinadas as implicações do pensamento calculador como um dos traços fundamentais da interpretação técnica do pensamento, originada nas obras de Platão e Aristóteles. Ao definir o pensamento como um processo de calcular a serviço e fazer e operar em geral, os pensadores gregos afastam-no de seu elemento originário, do ser, e centram-se somente no ente como objeto de teorização. Para compensar esta perda,

o pensamento busca valorizar-se como pensamento científico, atingindo o completo esquecimento do ser, tendo como consequências a racionalização da existência e a privação da liberdade humana.

Em seguida, na última parte do artigo, a reflexão se estenderá mantendo-se atada a crítica ao pensamento calculador, por meio do diálogo entre Dostoiévski e Heidegger, denotando suas proximidades e distanciamentos. Ao esclarecer a posição crítica ocupada pelos autores em relação à tradição filosófica e à ciência moderna, será elucidado como o romancista e o filósofo denunciam a crença no progresso científico como convicção metafísica que coloca em perigo a liberdade do Homem.

## II. A Racionalização da Existência: uma análise da crítica ao paradigma do progresso científico realizada pelo homem do subsolo

*Memórias do Subsolo* encerra, de maneira emocional e dramática, a introspecção de um autor anônimo que ruma suas memórias com a honestidade de alguém que escreve em segredo, sem imaginar um público, mas somente a si como o único leitor. Em uma posição antagônica a de Rousseau em suas *Confissões*, embora a personagem escreva como se dirigisse à outras pessoas, o faz apenas por exibição e para se entreter lembrando sua própria degradação. Ele não se confessa, porque não deseja ter leitores a quem deturpar as suas próprias ignomínias (DOSTOIÉVSKI, 2009).

Ao iniciar o monólogo, o homem do subsolo se descreve como mau e doente. Afirma não saber do que sofre, mas acredita que sua doença esteja relacionada ao fígado e, ainda que possua 40 anos e sua dor perdure há pelo menos 20, assevera não aspirar por um tratamento médico unicamente por uma questão de raiva. Entretanto, mais tarde, sustenta que possui uma consciência muito perspicaz e que isso, por si só, também indica uma doença: “*apesar de tudo, estou firmemente convencido de que não só uma dose muito grande de consciência, mas qualquer consciência é uma doença*” (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 19).

Neste ínterim, a personagem apresenta uma teoria peculiar que categoriza a consciência a partir de um binômio: a consciência hipertrofiada, própria do homem instruído, introspectivo e que sempre se encontra envolto por dilemas e problemas abstratos; e a consciência cotidiana, inerente ao homem comum, ordinário, direto e de ação. Ele próprio considera-se um camundongo de consciência hipertrofiada, com

habilidades de percorrer com agilidade o subsolo de sua mente, admitindo ser dotado de um quarto de consciência a mais do que cabe ao homem comum. Contudo, assegura que a consciência do homem de ação é de fato a consciência autêntica, tal

Como sonhou a própria mãe natureza, ao criá-lo amorosamente sobre a terra. Invejo esse homem até o extremo da minha bÍlis. Ele é estúpido, concordo, mas talvez o homem normal deva mesmo ser estúpido, sabeis? (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 22).

Com efeito, apesar das debilidades e limitações, o homem comum pensa e age segundo foi projetado pela Natureza. Para exemplificar sua hipótese, o autor sugere que imaginemos este homem de consciência cotidiana diante de uma ofensa. Na acepção do autor, o homem comum e ordinário reage à ofensa, porque é impulsivo e não delibera. Para ele, se trata de um ato de justiça. Em virtude de sua limitada inteligência, toma as causas mais próximas e secundárias pelas causas primeiras e, por fim, se convence de haver encontrado um fundamento sólido para a sua ação. Tranquiliza-se e não pensa mais sobre isso (DOSTOIÉVSKI, 2009).

O homem de consciência hipertrofiada, por outro lado, diante da mesma ofensa, assume uma posição interrogativa e passiva, adentrando paradoxos sobre o evento em questão:

E como é que eu, por exemplo, me tranquilizarei? Onde estão as minhas causas primeiras? Onde estão os fundamentos? Onde irei buscá-los? Faço exercício mental e, por conseguinte, em mim, cada causa primeira arrasta imediatamente atrás de si outras, ainda anterior, e assim por diante, até o infinito. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 29-30).

Em suma, o homem ordinário toma as causas secundárias pelas primeiras e acredita, assim, ter fundamentado e justificado sua ação — *agindo por justiça* —, enquanto o homem de consciência hipertrofiada impõe a si profundas dúvidas. De posse de uma consciência limitada, o homem ordinário reage e se assossega, saciando-se com a suposta justiça; o homem de consciência hipertrofiada interrompe o impulso de reagir a ofensa, se interroga e, por fim, se angustia diante da infinidade de interrogações que surgem do subsolo de sua mente. O primeiro, age imperturbável segundo as leis da natureza; o segundo, se detém e permanece fiel a lei que rege a própria consciência: a lei da inércia (DOSTOIÉVSKI, 2009).

Diante disso, após esmiuçar a diferença essencial entre a consciência hipertrofiada

e a consciência cotidiana, o autor passa a analisar os fenômenos fundamentais que colocam o homem comum numa posição de refém do pensamento pragmático ou, ainda, o que Heidegger denomina como “*pensamento calculador*”. Para reforçar a sua análise, o personagem anônimo assevera que, frente a uma ofensa um homem direto e de ação, em busca de justiça, “*se atira diretamente ao objetivo, como um touro enfurecido, de chifres abaixados, e somente um muro pode detê-lo*” (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 21).

Com isso, surge a questão: o que é este muro que o autor se refere em sua metáfora? A resposta do homem do subsolo é enfática: o muro são as leis da Natureza, as conclusões das ciências naturais e a matemática. Dessa forma, diante dos fatos derivados das ciências, o touro aparentemente indomável cede à pressão, pois tais leis são inexoráveis:

Quando vos demonstram, por exemplo, que descendeis do macaco, não adianta fazer careta, tendes que aceitar a coisa como ela é. Se vos demonstram que, em essência, uma gotícula de vossa própria gordura vos deve ser mais cara do que mil dos vossos semelhantes, e que neste resultado ficarão abrangidos, por fim, todos os chamados deveres, virtudes e demais tolices e preconceitos, deveis aceitá-lo, porque dois e dois são quatro, é matemática. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 25).

A confiança nas leis da Natureza, por via das ciências naturais, encontra seu paralelo com a filosofia de René Descartes. Na *Primeira Meditação Metafísica*, o fundador da filosofia moderna assegura que a aritmética e a geometria, por tratarem abstratamente das coisas simples e mais gerais, sem necessitar dos dados sensoriais inerentes à apreensão dos sentidos, são factuais e indubitáveis:

Pois, quer eu esteja acordado, quer eu esteja dormindo, dois mais três formarão sempre o número cinco e o quadrado nunca terá mais do que quatro lados; e não parece possível que verdades tão patentes possam ser suspeitas de alguma falsidade ou incerteza. (DESCARTES, 1996, p. 260).

Neste sentido, a aritmética e a geometria, por exibirem uma certeza clara e sólida, em um perfeito encadeamento lógico, oferecem fundamento para as outras ciências, visto o acordo fundamental entre as leis da matemática e as leis da Natureza. Certo disso, Descartes erige para si o ideal pitagórico de desvelar a teia numérica que constitui o cerne da realidade, possibilitando, assim, um conhecimento claro e indubitável de todas as coisas.

O homem do subsolo, por sua vez, embora não negue a indubitabilidade da matemática, não se conforma com as leis da Natureza e não se resigna a elas:

Meu deus, que tenho eu com as leis da Natureza e com a aritmética, se, por algum motivo, não me agradam essas leis e o dois e dois são quatro? Está claro que não romperei esse muro com a testa, se realmente não tiver forças para fazê-lo, mas não me conformarei com ele unicamente pelo fato de ter pela frente um muro de pedra e de terem sido insuficientes as minhas forças. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 25).

Como nada pode contra um intransponível muro de pedra, ele se atormenta e mutila a si próprio. Mas se o homem do subsolo admite não ter poder diante deste muro constituído pela matemática, em suma, pelas ciências, então por que ele não se resigna a elas, tal como Descartes?

A resposta situa-se, sobretudo, na perspectiva de futuro entrevista pelo autor. O homem do subsolo assegura que, embora caminhemos rumo ao progresso científico, ainda *não* estamos de todo habituados a agir conforme nos é indicado pelas ciências e pela razão, que nos direciona a comportamentos regidos pelo bom senso em detrimento de nossos velhos hábitos. Tendo a ciência atingido o seu ápice evolutivo, descobrindo as leis da Natureza, o Homem não responderá mais por suas ações e tudo se facilitará. Todos os comportamentos serão calculados, segundo essas leis, matematicamente, e, com isso, as ações humanas serão descritas em tabelas de vantagens nas quais estarão anotados todos os ideais de sociedade, prezando pelo bem-estar, riqueza, liberdade e tranquilidade. Como resultado, surgirão novas relações sociais e econômicas, plenamente calculadas. Por fim, alcançaremos o ideal do reino da abundância, atingindo, portanto, a completa racionalização da existência (DOSTOIÉVSKI, 2009).

Com efeito, ao atingir este estado de racionalização, *“o homem deixará por si mesmo de enganar-se deliberadamente e, por assim dizer, a seu pesar não há de se querer separar a sua vontade de seus interesses normais”* (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 37). Ora, e tal ideal de progresso não é mesmo sedutor? Pois, mediante os cálculos e tabelas prescritivas de vantagens, poderemos antecipar tanto a imagem das alegrias quanto dos sofrimentos que nos aguardam, permitindo, assim, roteirizar e obter maior controle sobre a nossa existência futura. Entretanto, para o homem do subsolo, o ideal de progresso guarda secretamente em seu cerne a maior das ameaças para o que há de mais vantajoso na vida humana e que não caberá em nenhuma lista de vantagens de uma sociedade ideal:

a liberdade (DOSTOIÉVSKI, 2009).

O autor esclarece que possui plena consciência de que, para as ciências, o livre-arbítrio não é senão uma ilusão, pois basta encontrar as fórmulas de todas as vontades e caprichos humanos, que o Homem efetivamente deixará de desejar, regendo seus comportamentos unicamente pelos cálculos da razão. A exemplo: suponhamos que, ao sermos afetados por uma vontade, tendo analisado a tabela prescritiva de vantagens e efetuado algumas contas, compreendemos que a nossa vontade nos direciona para um caminho sem sentido, atingindo tão somente desvantagens. Pela lógica, optaremos pelo que nos parece mais racional. Diante deste quadro, a personagem assevera: “*no mesmo instante, o Homem se transformará num pedal de órgão ou algo semelhante; pois, que é um Homem sem desejos, sem vontades nem caprichos se não um pedal de órgão?*” (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 40).

Certo de que um homem desprovido de vontades perde uma de suas partes constituintes, o autor do monólogo aprofunda a sua defesa em favor da liberdade. Em sua acepção, mesmo que nossos desejos nos direcionem a ações nocivas ou mesmo estúpidas, temos o direito de satisfazer as nossas capacidades vitais, uma vez que a existência compreende muito mais do que um mero processo calculador:

Pensai no seguinte: a razão, meus senhores, é coisa boa, não há dúvida, mas a razão é só razão e satisfaz apenas a capacidade racional do homem, enquanto o ato de querer constitui toda a manifestação da vida, isto é, de toda a vida humana [...]. E, embora a nossa vida, nessa manifestação, resulte muitas vezes em algo bem ignóbil, é sempre a vida e não apenas a extração de uma raiz quadrada. Eu, por exemplo, quero viver muito naturalmente, para satisfazer toda a minha capacidade vital e não apenas a minha capacidade racional. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 41).

Portanto, ao resignar-se aos cálculos inerentes ao pensamento científico, o Homem deixará de priorizar a sua capacidade vital. Ainda que a racionalização das vontades seja útil e muitas vezes desejável, ela custará a liberdade do sujeito, que consiste não somente em acertar e atingir vantagens, mas em errar e, por conseguinte, sofrer as suas consequências (DOSTOIÉVSKI, 2009).

Por fim, após digressar sobre os resultados restritivos de um ideal de progresso aduzido pelas ciências, o homem do subsolo conclui que, mesmo com todos os esforços para tal, a humanidade jamais alcançará o tão desejado reino da abundância. Pois, ainda

que o Homem disponha de saúde, prosperidade e todas as vantagens vislumbradas pela sociedade ideal, este cometeria alguma tolice, ignominia ou mesmo alguma loucura, unicamente por ingratidão e para acrescentar a toda essa sensatez positiva sua parcela de caos, demonstrando que um homem será sempre Homem, nunca uma tecla de piano (DOSTOIÉVSKI, 2009).

### **III. O Esquecimento do Ser: uma análise sobre a racionalização da existência imposta pelo pensamento calculador segundo Martin Heidegger**

O pensamento calculador impera em nossa época em todas as esferas do saber e, por conseguinte, no senso comum. Essa forma de pensar não é característica de nossa era, pois já se encontrava em ação no Medievo e mesmo entre os gregos na Antiguidade. Contudo, a essência do pensamento calculador só poderia ser captada tardia e claramente na Contemporaneidade e, mediante o procedimento heideggeriano, seria possível rastrear suas manifestações primevas e, assim, projetar uma nova luz sobre a história do pensamento ocidental (ZARADER, 1997).

Ao retrocedermos com o olhar interrogativo sobre a tradição filosófica, identificamos que o pensamento calculador é um dos traços fundamentais da interpretação técnica do pensamento, tendo origem nas obras de Platão e Aristóteles, que o conceberam como uma forma de *techné*: um processo de calcular a serviço de toda forma de fazer e operar. Com isso, para preservar a autonomia do pensamento em face ao fazer e agir, os filósofos gregos o definiram conceitualmente como “teoria” (HEIDEGGER, 1995). Centrado exclusivamente no ente, o pensamento desvia-se de seu elemento originário: o ser. Neste sentido, enquanto pensamento *do* ente, o pensamento calculador tem por proveniência o esquecimento do ser.

Quando o pensamento se afasta de seu elemento originário, ele busca compensar essa perda valorizando-se como pensamento científico, instrumento de formação e, em suma, como empreendimento cultural. Por isso, ao questionar a proveniência do pensamento calculador, percorremos historicamente o desenvolvimento da Ciência, desde a Antiguidade até a Modernidade, quando, reformulada como ciência natural, passou a ser considerada como a única detentora da verdade, em detrimento de todas as outras formas de saber. Consequentemente, enquanto a Ciência concentra suas pesquisas exclusivamente no ente, a indiferença em relação ao ser atinge o seu mais elevado grau

na Modernidade (ZARADER, 1997).

Por isso, o esquecimento do ser é a questão que se encontra no cerne de todo o pensamento heideggeriano, como uma enorme interrogação em relação à tradição filosófica que o perpetrou. O aparelho conceitual da tradição filosófica, que permanece o mesmo desde a sua edificação nas obras de Platão até a Contemporaneidade, concebe o ser como *simples-presença* (ou *objetividade*) e, com isso, converte o ser em ente. Assim, mesmo quando a filosofia tradicional coloca o problema do ser em questão, o esquece imediatamente e se limita a considerar tão somente o ente (VATTIMO, 1996). Com efeito, o pensamento calculador condena-se a ser um *pensamento de via única*, valorizando apenas o plano ôntico<sup>349</sup>.

Com o esquecimento do mistério do ser, o pensamento originário, característico da era pré-socrática, chega ao seu término. Consequentemente, nasce a Filosofia e, com ela, a lógica, a ética e a física, que consideram unicamente o ente como objeto de teorização. Os pensadores originários — tais como Heráclito e Parmênides — pensavam sem utilizar essas terminologias, pois ainda concebiam o pensamento como *pensamento do ser* (HEIDEGGER, 1995). Com a prevalência da lógica auferida por Platão, o pensamento, distante de seu elemento, passa a perseguir a exatidão artificial, técnica e teórica dos conceitos. Esses aspectos que definem a interpretação técnica do pensamento podem ser reunidos em torno de um centro único de gravidade: o cálculo (ZARADER, 1997).

Afinal, como opera o pensamento calculador? Na perspectiva heideggeriana, esta forma de pensar e apreender o ente não é necessariamente um pensamento matematizado, que, perseguindo o ideal pitagórico, desvelaria a teia numérica que constitui o cerne da realidade:

Não se deve entender cálculo em sentido restrito de se operar com números. Em sentido essencial e amplo, calcular significa contar com alguma coisa, levá-la em consideração e observá-la, ter expectativas, esperar dela alguma coisa. (HEIDEGGER, 2018, p. 50).

---

<sup>349</sup> Dimensão concreta da existência, região privilegiada pelas pesquisas científicas e filosóficas, na qual se situam conceitual e objetivamente os entes. O plano ôntico se difere radicalmente da dimensão ontológica na qual se determinam os sentidos do ser. Heidegger designa como ontologia fundamental o novo modo de compreensão dos sentidos do ser, em contraposição às ciências e à filosofia tradicional (VATTIMO, 1996).

Com isso, todo pensamento que conta com um resultado, induzido por uma hipótese visando obter controle de variáveis, é uma forma de cálculo. Isso decorre do fato de que o pensamento tradicional, na medida em que está dominado pela representação, está condenado a contar. O solo fértil em que a interpretação técnica do pensamento aprofunda suas raízes é o que Heidegger identifica como “representação”, enquanto recriação do real na medida do cálculo da razão humana. O real é produto da reconstrução calculadora da realidade, a sua ideia:

A representação calculadora, portanto, não olha para o real a partir dele mesmo, mas das possibilidades representativas da razão. Olha para a lente com que se deve olhar para o real e, então, requisita o real a partir dela. Ao ajustá-lo à medida da lente, a representação calculadora realiza uma certa provocação do real. (CRITELLI, 2002, p. 86).

Platão e Aristóteles iniciaram, na Antiguidade, o projeto da representação calculadora, pretendendo atingir a essência dos entes (a ideia/forma), mas tal determinação foi alterada desde a Modernidade em favor da observação, classificação, generalização, previsão e controle dos entes enquanto obras do cálculo da razão. Heidegger conclui, então, que o conhecimento moderno tem seu fundamento no pensamento grego clássico, ainda que seus difusores não o reconheçam. Apesar disso, a ciência moderna não perde seu caráter revolucionário e se conserva como “teoria do real” (HEIDEGGER, 2018).

Para Heidegger (2018), o fato de a ciência moderna ter como objeto o “real”, revela que ela incide sobre uma modalidade particular da presença, resultando numa “realização” que deve ser interpretada simultaneamente como “operação” e “trabalho”. Neste sentido, se quisermos compreender o que significa, “teoria”<sup>350</sup> e “real”<sup>351</sup>, na acepção da ciência moderna, segundo Heidegger, devemos nos ater à essas palavras e circunscrevê-las ao setor da “operação”. Com isso, podemos concluir que agir e produzir

---

<sup>350</sup> Na filosofia grega clássica, teoria significava “visão protetora da verdade”, mas os pensadores romanos traduziram a palavra grega “*theoria*” por “*contemplatio*”, fazendo desaparecer o essencial da palavra grega. Trata-se de uma tradução oriunda do espírito latino, do *modo romano de estar no ser*. “*Contemplari*” significa: separar e dividir algo num setor e circundá-lo. Mais tarde, o termo contemplação é traduzido pelos alemães como observação (*Betrachtung*), com a teoria científica sendo definida como “*observação do real*” (ZARADER, 1997).

<sup>351</sup> Recorrendo à etimologia alemã da palavra “operar”, “*wirken*”, Heidegger explica que ela significa “fazer”, no sentido de trazer e levar à vigência. O real, portanto, é o vigente. Operar é levar à vigência, na perspectiva de desvelar algo que estava oculto. Neste sentido, operar é algo fundamentalmente intrínseco à verdade como *alétheia*, desvelamento (HEIDEGGER, 2018).

equivalem a operar. A partir dessa definição de agir como um “operar”, é possível compreender o conceito de “*realidade*” na perspectiva de ciência como teoria do real: “*real é tanto o operante como o operado, no sentido daquilo que leva ou é lavado à vigência*” (HEIDEGGER, 2018, p. 43).

Na acepção científica moderna, a representação se torna uma forma de perseguir o real, de manter-se em seu encaixo, *provocá-lo* e garanti-lo para si. Como resultado deste processo, o que é apreendido por este método é reconhecido como “real”. Por isso, o pensamento representativo se caracteriza pelo cálculo, pois, para garantir o real e dominá-lo, é necessário *contar com circunstâncias*, acomodá-las em *linha de conta*, provocar todas as coisas a *prestar contas*, submetendo, assim, a Natureza inteira ao regime da razão. O mundo, assim transformado pela interpretação técnica do pensamento, não é senão aquilo sobre o qual o pensamento calculador dirige os seus ataques, no ensejo de dominá-lo e subtrair suas forças (ZARADER, 1997).

Entretanto, o pensamento calculador não se encerra somente nas ciências naturais. Este modo de representar o real se enraizou tão profundamente desde a sua inauguração na Grécia antiga, que penetrou a Ciência, a Filosofia e o senso comum. Apesar da amplitude e profundidade de sua disseminação nas mais variadas formas de saber, o pensamento calculador elege a Ciência como a principal referência de teorização do real. Por isso, na Modernidade, os filósofos vêm se esforçando na tentativa de justificar a existência da Filosofia perante as ciências, temendo que o pensamento filosófico seja rechaçado como uma forma de in-ciência. “*E crê fazê-lo, elevando a Filosofia à condição de Ciência. Ora, esse esforço é o abandono da essência do pensamento*” (HEIDEGGER, 1995, p. 27).

Apesar de a tradição filosófica ter se esforçado para distinguir o pensamento científico, o filosófico e o senso comum, é inevitável a constatação de que a interpretação técnica do pensamento opera em toda parte, pois essas três instâncias possuem uma convivência de essência. O senso comum aponta exclusivamente para as atividades cotidianas, possuindo as características fundamentais do pensamento filosófico, ainda que aviltadas e atenuadas. O pensamento filosófico, por sua vez, é, do ponto de vista teórico e metodológico, uma imitação dócil e desajeitada do pensamento científico e da forma de representação operada por ela. Tanto o pensamento comum como o filosófico têm como modelo a ciência natural, que funciona como norma de todo pensamento

(ZARADER, 1997).

Essa convivência de essência entre Filosofia, Ciência e pensamento comum incumbe a Contemporaneidade a uma estagnação dos saberes e a um vazio de pensamento. Isso decorre do fato de que a Ciência, enquanto norma de todo pensamento, ela mesma não pensa:

A razão disso é que a Ciência não pensa. Ela não pensa porque, segundo o modo de seu procedimento e de seus recursos, ela jamais pode pensar — a saber, pensar segundo o modo dos pensadores. Que a Ciência, porém, não possa pensar não é uma deficiência e sim uma vantagem. (HEIDEGGER, 2018, p. 115).

No perspectiva heideggeriana, não pensar se torna uma vantagem para a Ciência, pois assegura a ela, mediante a representação, introduzir-se num determinado domínio de objetos, denominado plano ôntico, e nele se instalar para realizar suas pesquisas. Conseqüentemente, opera-se, a partir do domínio da Ciência, a racionalização de todos os saberes sujeitados a ela (HEIDEGGER, 2018). Quando essa tendência atinge a cada vez o senso comum, a teorização do real se torna comum ao Homem em suas atividades intelectuais e mais cotidianas. Com isso, impera em nosso tempo a completa racionalização da vida pela teorização do real e o profundo esquecimento do ser.

#### **IV. Diálogo entre Fiódor Dostoiévski e Martin Heidegger acerca da racionalização da existência imposta pelo pensamento calculador**

Ao tecer críticas ao pensamento calculador, o homem do subsolo assume indiretamente posição em um dos embates que deram origem à Filosofia, mediante as discussões entabuladas por Sócrates com os sofistas. Em suas problematizações, o personagem principal dos diálogos de Platão enfatiza a pretensa superioridade da razão em detrimento dos sentidos e propõe a subordinação das paixões à racionalização da existência. Demonstraremos as razões de o personagem de *Memórias do Subsolo*, em posição diametralmente oposta à de Sócrates e de seus herdeiros, inverter este quadro proposto pela filosofia tradicional e revelar suas agruras, enquanto Heidegger, ao identificar os mesmos problemas, situa a discussão em um parâmetro completamente distinto.

No diálogo intitulado *Fédon*, depois de receber a sentença de morte, Sócrates se apresenta diante de seus interlocutores. Para a surpresa de todos os presentes, o filósofo

permanecia sereno, afirmando ter revitalizado sua coragem e esperança no futuro pós-morte. Sua confiança se devia à convicção de que a morte não é senão a separação entre alma eterna e corpo finito. O filósofo genuíno, nesta acepção, devota suas preocupações às atividades da alma e o mínimo possível às atividades secundárias próprias do corpo, desde que não interfiram nas primárias (PLATÃO, 2002).

Na perspectiva socrática, um dos desígnios fundamentais do filósofo é desprender a alma de sua comunhão com o corpo, em vista de libertá-la, pois o corpo é tão somente um estorvo:

Ela [a alma] reflete melhor, sem dúvida, não quando a perturba alguma de tais sensações, a audição, a visão, uma dor ou algum prazer, mas quando aspira à realidade, retirada em si mesma tanto quanto possível, mandando o corpo às favas e negando-lhe, quanto pode, a participação e contato. (PLATÃO, 2002, p. 146, acréscimo nosso).

Neste sentido, segundo a sabedoria socrática, o corpo e suas paixões, suas necessidades fisiológicas mais básicas, seus apetites e suas doenças etc., estorvam a alma a inteligir e de, mediante o raciocínio dedutivo, atingir a realidade das coisas em si mesmas, suas ideias essenciais:

Dele [do corpo] é a culpa, se todas essas necessidades nos privam de lazes para a filosofia. O pior de tudo é que, se logarmos alguma folga de sua parte e nos voltarmos para alguma questão, ele reaparece de improviso em nossas investigações, em toda a parte, a promover barulho e desordem. (PLATÃO, 2002, p. 147, acréscimo nosso).

Por despender energia e tempo para saciar as necessidades e veleidades do corpo, a alma não pode discernir a verdade. Por isso, o verdadeiro filósofo, que ama e conhece a verdade, é aquele que, tendo estabelecido a completa cisão entre alma e corpo, observa e se encanta com as ideias puras, livre dos obstáculos impostos pelas paixões do corpo. *“Evidentemente, só depois de mortos conseguiremos aquilo que cobizamos e de que nos confessamos amorosos, a inteligência, como demonstra o raciocínio; vivos, não”* (PLATÃO, 2002, p. 148).

Esta mesma posição socrático-platônica será reafirmada e reiterada pela tradição filosófica, desde a Antiguidade até a Modernidade, com René Descartes. Em suas meditações metafísicas, o filósofo francês problematiza as informações apreendidas pelos sentidos e conclui que elas não só são enganosas, mas que deturpam o processo racional

empreendido pela razão para atingir o conhecimento indubitável. Para iniciar esse processo racional, é necessário, antes, definir o Homem, a criatura que conhece e racionaliza:

Mas o que sou eu, portanto? Uma coisa que pensa. Que é uma coisa que pensa? É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente. (DESCARTES, 1996, p. 270).

O Homem, tomado enquanto coisa-pensante, é definido, em essência, como aquele que duvida. Embora o ser humano também possa querer, imaginar e sentir, essas faculdades não pertencem à sua essência que é inteligível, mas são atributos de um corpo finito e sujeito às transitoriedades de um mundo em constante devir. Com isso, para a filosofia cartesiana, todo conhecimento oriundo dessas faculdades é transitório, impermanente e não suporta as interpelações oriundas da dúvida metódica:

Tudo o que recebi, até presentemente, como o mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos ou pelos sentidos: ora, experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em que já nos enganou uma vez. (DESCARTES, 1996, p. 258).

Com efeito, Descartes reitera a posição de Platão: faz a cisão entre alma pensante e corpo e dispensa os sentidos, por estes não oferecerem base segura para a intelecção, estorvando a razão de penetrar os fundamentos da existência e de obter um conhecimento seguro. Logo, o filósofo francês, como herdeiro das riquezas filosóficas de Platão, tapa os olhos e os ouvidos, desviando-se de todos os sentidos e reputando-os como falsos e vãos, *“e assim, entretém-se apenas consigo mesmo considerando tão somente o seu interior, tornando-se pouco a pouco mais conhecido e mais familiar a si mesmo”* (DESCARTES, 1996, p. 277).

A personagem de *Memórias do Subsolo*, no que lhe concerne, ainda que aprecie ficar a sós consigo no subsolo simulando seus dramas existenciais e acumulando suas dúvidas, se inscreve numa corrente de pensamento radicalmente oposta à de Platão e Descartes no que tange à discussão sobre a razão e os sentidos. Essa corrente de pensamento tem como fundadores, na Modernidade, os filósofos Baruch Espinoza e o escocês David Hume, para quem *“o pensamento mais vivo é sempre inferior à sensação mais embaçada”* (HUME, 2006, p. 20). Isso decorre do fato de que, por mais que a razão humana tenha sido elogiada pela filosofia tradicional por sua pretensa liberdade e poderes

ilimitados, ela se encontra confinada aos limites reduzidos da realidade empírica. Racionalizar não consiste senão em calcular, combinar, transpor, aumentar ou diminuir os dados sensoriais que lhes foram concedidos pelos sentidos (HUME, 2006).

Na esteira dessa crítica à razão, o homem do subsolo não nega os triunfos empreendidos pela razão, mas abdica de lhe atribuir a sua suposta soberania em detrimento dos sentidos, pois a razão se move nos limites do âmbito racional e satisfaz somente a capacidade racional do Homem, enquanto os sentidos, o querer, a imaginação e as emoções humanas tornam possível a manifestação de toda a capacidade vital humana. Os atributos racionais do ser humano, para o homem do subsolo, correspondem apenas à vigésima parte de toda a sua capacidade de viver. “*Que sabe a razão? Apenas o que teve tempo de conhecer [...], enquanto a natureza humana age em sua totalidade, com tudo o que nela existe de consciente e inconsciente*” (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 41).

Portanto, quando a personagem de Dostoiévski realiza sua crítica ao pensamento calculador próprio da racionalização científica, ele pretende demonstrar que, embora essa tendência de pensamento vislumbre para o Homem o bem-estar, riqueza e a tranquilidade, ela satisfaz exclusivamente as suas capacidades racionais, ignorando e negligenciando sua capacidade vital. Heidegger, por sua vez, quando identifica o pensamento calculador e *racionalizador* como objeto de crítica, visa demonstrar que, com o triunfo da ciência na Modernidade, se torna visível a essência deste modo de pensar mediante o fenômeno do esquecimento do ser.

Visto isso, ao empreender sua crítica ao pensamento calculador, Heidegger situa a discussão num parâmetro distinto àquele em que o homem do subsolo inscreve sua crítica. Ao promover sua crítica à razão, o autor de *Memórias do Subsolo* propõe uma inversão dos postulados metafísicos. Para Heidegger (1995), ao realizar a inversão dos postulados metafísicos, um autor continua compondo postulados metafísicos. Portanto, enquanto metafísico, continua a influenciar nos desdobramentos históricos do pensamento metafísico Ocidental. Aqui, Heidegger e Dostoiévski se distanciam, pois, ao rastrear a origem do pensamento calculador, o filósofo se vê na urgência de principiar um modo originário de pensar não-metafisicamente, em vistas de rememorar o mistério do ser.

Contudo, demonstraremos que, embora não especifique a origem do pensamento calculador como estabelece Heidegger em sua tese, Dostoiévski discerne as tendências

deste modo de pensar no interior das articulações teóricas da ciência moderna. A tese heideggeriana, ao sondar a origem do pensamento calculador, que impera na Filosofia desde os seus primórdios, na ciência moderna e no senso comum, nos permite enxergar a conviência de essência destes modos de pensar no interior da interpretação técnica do pensamento (ZARADER, 1997). Portanto, a tese elaborada por Heidegger, centrada no fenômeno do esquecimento do ser, oferece uma perspectiva inteiramente original a respeito do nascimento da Filosofia, a partir do declínio do pensar originário.

Com a vigência do projeto da representação calculadora, inaugurado por Platão e Aristóteles, o pensamento originário é consumado e com ele o mistério do ser é encoberto. Com isso, de acordo com Heidegger (1995), a Filosofia se origina, com a lógica, física e ética, a partir do esquecimento do ser. Quando o pensador cessa de fazer sua vigília entorno da clareira do ser, o pensamento calculador se enraíza em todas as formas de saber, atingindo seu ponto culminante na Modernidade, com as ciências naturais. Por conseguinte, com o progresso da Ciência, o Homem deixa de atender ao apelo do ser e de consumir sua manifestação pela via da linguagem.

Com isso, para que o pensador possa retomar sua vigília e atender aos apelos do ser, é imprescindível libertar a linguagem dos domínios da metafísica que, por meio da lógica e da gramática, se roga como a mais capacitada para definir e determinar a linguagem. A quem, na acepção de Heidegger, está reservada a tarefa de liberar a linguagem do apoderamento da metafísica? *“Libertar a linguagem da gramática, para um contexto essencial mais originário, está reservado ao pensar e poetizar”* (HEIDEGGER, 1995, p. 26). Ao liberar a linguagem dos domínios da metafísica, o pensador originário e o poeta libertam a essência do Homem da interpretação técnica do pensamento que, mediante o processo calculador, o encerra num único modo de desvelamento da verdade: o modo racionalizador próprio da ciência moderna. Por isso, trata-se de uma tarefa urgente perpetrar uma crítica ao pensamento científico, em vistas de liberar a essência do Homem para um âmbito originário que conserva a vigência da verdade do ser.

É possível inferir que Dostoiévski, por meio da crítica ao progresso científico auferida pelo personagem homem do subsolo, entrevê esta propensão do pensamento científico em privar o Homem de liberdade. A fé no progresso científico característica do Homem moderno se expressa de duas maneiras, segundo o autor de *Memórias do*

*Subsolo: na posteridade*, a Ciência há de mostrar ao Homem que, na realidade, ele não é dotado de livre-arbítrio nem de vontade e que todo ser humano não passa de uma tecla de piano; por outro lado, a fé materialista no progresso científico se expressa no fato de que, embora todo sujeito saiba que por ora não pode agir racionalmente, está convicto de que *no futuro* se comportará resignadamente conforme os preceitos indicados pela razão. O Homem há de se deixar enganar deliberadamente,

Mas, apesar de tudo, está absolutamente convicto de que ele há de se acostumar infalivelmente a fazê-lo, quando tiver de todo perdido alguns velhos hábitos e quando a ciência e o bom-senso tiverem educado e orientado completa e normalmente a natureza humana. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 37).

Neste ínterim, tendo o Homem desvelado as leis fundamentais da Natureza, todas as suas ações serão calculadas matematicamente e orientadas por essas leis que regem o todo. Assim, conquistar-se-á a ordem e o bem-estar social, coibindo-se das adversidades, da imprevisibilidade e, conseqüentemente, dos sofrimentos e das aventuras. Apesar de ser uma existência enfadonha, será racional atendendo premeditadamente às prescrições da tabela de vantagens (DOSTOIÉVSKI, 2009).

Entretanto, argumenta o homem do subsolo, haverá sempre uma vantagem que será objeto de ambição do Homem, que exercerá sobre ele profunda atração, tornando-se a *vantagem das vantagens*: desejar intencionalmente para si algo de estúpido e nocivo, contrariando toda a racionalidade:

Existe um único caso, sim, apenas um, em que o homem pode intencional e conscientemente desejar para si mesmo algo nocivo e estúpido, extremamente estúpido até: *ter o direito* de desejar para si mesmo algo muito estúpido, sem estar comprometido com a obrigação de desejar apenas o que é inteligente. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 42).

Ao exercer o direito de confrontar a sensatez, o Homem exerce sua liberdade, mesmo que agindo estúpida e incoerentemente, incorrendo em prejuízo. É digno de notoriedade o fato de que o homem do subsolo deposite sua esperança na irracionalidade e estupidez humanas para salvaguardar a liberdade, em detrimento de todas as outras vantagens oferecidas pela razão. A vantagem das vantagens consiste no fato de que, *“pois, em todo caso, conserva-nos o principal, isto é, a nossa personalidade e a nossa individualidade”* (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 42).

Tanto para Dostoiévski quanto para Heidegger, o pensamento calculador expõe o

Homem ao perigo de privá-lo de sua liberdade. Contudo, enquanto a liberdade na perspectiva do homem do subsolo equivale a agir segundo a própria vontade, opondo-se aos entraves compelidos por ações externas ao subsolo do homem de consciência hipertrofiada, para Heidegger a liberdade se expressa quando o ser humano se encontra na disposição passiva de abertura para o desvelamento da verdade do ser, existindo no inefável, disposto ao *risco* de reservar-se ao silêncio:

Antes de falar, o Homem terá que deixar-se apelar pelo ser mesmo com o risco, sob um tal apelo, ter pouco ou ter raramente algo a dizer. Somente assim, se restituirá à palavra a preciosidade de sua essência e ao Homem, a habitação para morar na verdade do ser. (HEIDEGGER, 1995, p. 34).

O autor de *Memórias do Subsolo* sustenta que a liberdade pode ser exercida somente pelo homem de consciência hipertrofiada, a fim de conservar sua personalidade e individualidade, ainda que, com isso, tenha de golpear intransponíveis muros de pedra com a própria cabeça, sem se resignar às impossibilidades pedregosas: “*não vos conformardes com nenhuma dessas impossibilidades e muros de pedra, se vos repugna a resignação*” (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 25).

Na acepção de Heidegger, por outro lado, todos os homens podem usufruir de liberdade, independentemente de seus modos de ser (acadêmico, burguês, proletário ou camponês), na medida em que todos são suscetíveis ao esquecimento do ser entravado pela Metafísica e Ciência. Contudo, essa liberdade poderá ser exercida desde que o Homem se mantenha em posição de vigília, na posição de poeta ou pensador originário. Para emancipar-se, o Homem deve *deixar-se apelar* pelo ser, pois “*o pensamento apenas restitui ao ser, como algo que lhe foi entregue pelo próprio ser*” (HEIDEGGER, 1995, p. 24). Em outras palavras, a ação se torna livre não por dela emanar um efeito, como resultado do “*pensamento aplicado*”, conforme a interpretação técnica do pensamento. “*O pensamento, ao contrário, se deixa requisitar pelo ser a fim de lhe proferir a verdade*” (HEIDEGGER, 1995, p. 25).

Com efeito, a liberdade só pode ser atingida pelo Homem mediante dois árduos caminhos. O primeiro caminho abre-se quando o Homem, depositando suas esperanças na irracionalidade e estupidez, dispensando as vantagens auferidas pela razão, golpeia com a própria cabeça o rígido e intransponível muro da lógica, da matemática e das leis da Natureza, matizando com sangue no muro as palavras que expressaram a

inconformidade de sua personalidade com as prescrições das tabelas de vantagens. O segundo caminho abre-se com o espanto do Homem que, tendo prescindido de tudo que pressupunha “*conhecer*” como herança da tradição filosófica e da Ciência, *permanece calado* diante do originário e insolúvel mistério do ser. O caminho da vigília exige do pensador e do poeta o abandono do já pensado, do já aprendido, fazendo com que desistam do conforto oferecido pelos saberes já trivializados pelo cotidiano, para rever o já conhecido como algo em devir que se renova a cada vez diante da fulguração da verdade do ser.

#### V. Considerações Finais

Podemos constatar que, ao reivindicar à Filosofia a condição de “*Ciência primeira*”, os filósofos invariavelmente submetem o pensamento filosófico à Ciência, por recear que suas metodologias caiam em descrédito e sejam confundidas como uma forma de *in-ciência* que promove fabulações do real. Esta reivindicação remonta à filosofia de Aristóteles que, ao legar à Filosofia a qualidade de Ciência, aumenta a distância entre o pensamento e o elemento do ser inaugurada com a filosofia de Platão. Ao desraigar-se do elemento do ser, o pensamento deixa de ser originário e passa a calcular, atingindo sua eminência com o completo esquecimento do ser na Modernidade.

Embora Dostoiévski desconheça o fenômeno do esquecimento do ser, é possível inferir que o romancista entrevê a tendência do pensamento científico de calcular segundo as leis matemáticas da razão e de racionalizar a existência. Ainda que os cálculos da razão visem o ideal reino da abundância, o bem-estar, a riqueza e a tranquilidade, ao atingir o grau máximo de racionalização, irá precarizar a existência de tal forma a arrancar do Homem a sua liberdade. Em suma, essa tendência intrínseca ao pensamento calculador descoberta por Dostoiévski é consequência daquilo que Heidegger designou como esquecimento do ser sob o regime da razão.

A partir da crítica do homem do subsolo, a razão científica, que racionaliza a existência visando obter controle sobre ela, no intuito de administrar suas adversidades, se inscreve numa corrente de pensamento radicalmente oposta à de Platão e seus herdeiros. Na esteira das críticas de filósofos como Baruch Espinoza e David Hume, o homem do subsolo promove uma inversão dos postulados metafísicos que defendem a soberania da razão em detrimento dos sentidos e das paixões. Contudo, ao suscitar uma

inversão dos principais postulados metafísicos, de acordo com Heidegger, continua-se a pensar metafisicamente. Não obstante a radicalidade das críticas do homem do subsolo à Metafísica, seu pensamento continua sendo metafísico.

Ao designar como metafísico o pensamento do homem do subsolo não se pretende, aqui, estigmatizá-lo ou atribuir-lhe algum descrédito, mas tão somente demonstrar que Heidegger, ao abordar o fenômeno do esquecimento do ser e ao rastrear a origem do pensamento calculador, inaugura uma discussão inteiramente nova e se vê na obrigação de principiar originariamente uma forma de pensar não-metafísica. Todavia, Heidegger e Dostoiévski desmistificam a fé materialista no progresso científico, que se autopromove como não-metafísica, e a designa como uma forma inteiramente renovada e aperfeiçoada da Metafísica. A confrontação crítica com a fé materialista no progresso científico se faz urgente diante de um impasse: a racionalidade científica põe em perigo a liberdade do Homem.

### Referências Bibliográficas

- CRITELLI, Dulce. Martin Heidegger e a essência da técnica. **Margem**. São Paulo, nº 16, p. 83-89, dez. 2002. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/margem/pdf/m16dc.pdf>. Acessado em: 12 fev. 2021.
- DESCARTES, René. **Meditações** [Coleção Os Pensadores]. Rio de Janeiro: Editora Nova Cultural, 1996.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias do Subsolo**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- HEIDEGGER, Martin. **Ciência e Pensamento do Sentido**. Ensaios e Conferências. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.
- HEIDEGGER, Martin. **Sobre o Humanismo**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca Tempo Universitário, 1995.
- HEIDEGGER, Martin. Entrevista concedida por Martin Heidegger ao Professor Richard Wisser, por Antonio Abranches. **O que nos Faz Pensar**, n. 10, v. 1, p. 11-17, 1996. Acessado em: <http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/89>. Acessado em: 12 fev. 2021.
- HUME, David. **Investigação Acerca do Entendimento Humano**. São Paulo: editora Acrópolis, 2006.
- PLATÃO. **Fédon**. Diálogos. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.
- SAFRANSKI, Rüdiger. **Heidegger um mestre na Alemanha entre o bem e o mal**. São Paulo: Geração Editorial, 2000.
- VATTIMO, Gianni. **Introdução a Heidegger**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- ZARADER, Marlène. **Heidegger e as Palavras de Origem**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.